
**RELATÓRIO MENSAL DE CONTROLE INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CONSELHEIRO LAFAIETE – AGOSTO DE 2009****1. Introdução**

O Controle Interno da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete no exercício de suas atribuições, notadamente, as estabelecidas nos artigos 70 e 74 da Carta Magna, bem como na Resolução nº 002, de 04 de maio de 2001, alterada pela Resolução nº 005, de 12 de maio de 2006, passa a emitir relatório de controle interno referente ao mês de agosto de 2009, com vistas ao efetivo gerenciamento e fiscalização interna dos atos administrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, praticados durante o referido mês. Contudo, a partir do mês de maio, conforme já mencionado no relatório do referido mês, não foi possível a emissão do relatório mensal concomitantemente com os fechamentos dos balancetes, pois devido à falta de informação a respeito da Receita Corrente Líquida do Município por parte da Contabilidade da Prefeitura Municipal, não foi possível a análise dos limites constitucionais que tem como base o valor desta. Fato que se comprova através da data de geração do relatório da Receita Corrente Líquida consolidada (cópia anexa). Por esta razão, o atraso na emissão do presente relatório. Vale ressaltar que, além da informação atrasada, constatou-se que os valores da receita corrente líquida referentes aos meses de janeiro a abril foram todos revistos, não guardando qualquer relação com os valores anteriormente informados quando da emissão dos relatórios dos referidos meses, demonstrando, assim, a dificuldade de se conseguir dados concretos para a verificação dos limites constitucionais para realização de despesas.

Ressalte-se, ainda, que o presente relatório se norteará pelas disposições contidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2001, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal; e na já mencionada Resolução nº 002, de 04 de maio de 2001, que instituiu o Controle Interno da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, que estabelece, dentre outras atribuições, os exames dos procedimentos administrativos de realização de despesa, em qualquer das suas fases (empenho, liquidação ou pagamento), verificando sua adequação às normas legais pertinentes; dos procedimentos administrativos de efetivação da receita, em qualquer das suas fases, verificando sua conformidade à legislação vigente; e dos procedimentos administrativos de contabilização dos atos e fatos administrativos, verificando sua regularidade em face das normas contábeis e orçamentárias determinadas em lei.

Em harmonia com a referida Resolução, no exame dos procedimentos administrativos da realização da despesa, as atividades que o Controle Interno desenvolveu para a emissão do presente relatório consistiram, principalmente, em verificar se foram satisfeitas todas as exigências legais quanto aos empenhos; em certificar a liquidação das despesas; em constatar a efetivação dos pagamentos junto à Tesouraria. Já, no que tange ao exame dos procedimentos administrativos de contabilização dos atos e fatos administrativos, as atividades desenvolvidas na emissão do presente relatório consistiram, principalmente, em verificar a procedência dos lançamentos contábeis efetuados; em observar a regularidade da escrituração contábil em face dos preceitos legais pertinentes; em examinar o cumprimento das formalidades legais, nos prazos previstos em lei, quanto à elaboração e encaminhamento dos relatórios contábeis exigidos pelos órgãos de Controle Externo da Administração.

Por fim, o presente relatório, em conformidade com os preceitos constitucionais, visa comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária,

CNTROLE INTERNO

financeira e patrimonial na Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, bem como o respeito aos limites constitucionais e legais impostos para a realização de despesas em prol da gestão responsável.

2. Relatório**2.1. Inciso I, do art. 14, da Instrução Normativa nº 10/2008 – Avaliação dos resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial****2.1.1. Da Gestão Orçamentária**

A Lei Municipal nº 5.062, de 11 de dezembro de 2008, que estimou a receita e fixou a despesa para o exercício financeiro de 2009, determinou a previsão orçamentária para a função Legislativa, especificamente à Câmara Municipal, em R\$ 3.253.900,00 (três milhões duzentos e cinquenta e três mil e novecentos reais). De acordo com o balancete da receita de julho de 2009, o valor repassado dentro do prazo constitucional à Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete foi de R\$ 271.158,33 (duzentos e setenta e um mil cento e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), tendo sido, portanto, observado o preceito constitucional contido no art. 168 da Carta Magna, a saber, que “os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º”, bem como foi respeitado o disposto no §2º, do art. 29-A, também da Carta Magna.

Constatou-se no mês em análise o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) como “Outras Receitas Correntes”, referente a “Outras Restituições” por ter sido o referido valor restituído à Câmara Municipal em decorrência do cancelamento do 2º Encontro de Vereadores na Administração Municipal, que fora pago à Associação Mineira dos Municípios – AMM – pela inscrição de servidora da Câmara que participaria no mencionado encontro.

Com relação à receita extra-orçamentária verificou-se um valor de R\$ 31.525,49 (trinta e um mil quinhentos e vinte e cinco reais e quarenta e nove centavos), cuja composição é proveniente das retenções obrigatórias na fonte, como INSS e IRRF, bem como de empréstimos sob consignação junto à Caixa Econômica Federal, de responsabilidade dos servidores e vereadores desta Casa, e contribuição partidária.

Ficou ainda constatado um saldo bancário do mês em análise no valor de R\$ 368.198,38 (trezentos e sessenta e oito mil cento e noventa e oito reais e trinta e oito centavos).

Outrossim, de acordo com a Lei Municipal supramencionada, o valor autorizado para a despesa orçamentária com a função Legislativa foi fixado em igual montante ao previsto para o repasse à Câmara Municipal. Sendo assim, as despesas mensais devem ocorrer tendo em mente o valor a ser repassado em forma de duodécimo, a saber, o já mencionado valor de R\$ 271.158,33 (duzentos e setenta e um mil cento e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos). A despesa orçamentária realizada no mês em referência foi de R\$ 229.511,81 (duzentos e vinte e nove mil e quinhentos e onze reais e oitenta e um centavos), portanto, dentro da previsão orçamentária.

COMISSÃO PERMANENTE DE

CNTROLE INTERNO

2.1.2. Da Gestão Financeira

Como sempre ressaltamos, a gestão financeira dos recursos vem sofrendo constante evolução positiva, e foi realizada dentro de critérios de austeridade, aguardando a efetivação dos repasses, para depois realizar as despesas. Não houve a necessidade de limitação de empenho tendo em vista que a meta referente ao repasse foi atingida, tendo sido o duodécimo repassado conforme previsto e dentro do prazo constitucional.

O controle austero dos recursos financeiros proporcionou ao final do mês em análise os recursos disponíveis da ordem de R\$ 41.646,52 (quarenta e um mil seiscentos e quarenta e seis reais e cinquenta e dois centavos) que, somado ao superávit apurado até mês anterior, totaliza R\$ 347.141,85 (trezentos e quarenta e sete mil cento e quarenta e um reais e oitenta e cinco centavos). Contudo, ressaltamos que no referido mês constatou-se despesas empenhadas a pagar num montante de R\$ 125.885,80 (cento e vinte e cinco mil oitocentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos), o que demonstra que o superávit real é de R\$ 221.256,05 (duzentos e vinte e um mil duzentos e cinquenta e seis reais e cinco centavos). Vale ressaltar que a maior parte das despesas empenhadas se refere a empenhos por estimativa de despesas de custeio, mas, ainda sim, resta demonstrada uma gestão orçamentária responsável, desde o planejamento, tendo em vista ter atendido os preceitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000, que orientam a não gastar mais que os recursos arrecadados, ficando, portanto, comprovada a eficácia da gestão financeira, bem como a eficiência nos resultados obtidos.

2.1.3. Da Gestão Patrimonial

Neste aspecto, verificou-se a manutenção do cadastro dos bens do patrimônio municipal sob competência administrativa da Câmara Municipal, utilizando-se plaquetas modernas e seguras, que contêm, inclusive, código de barras para leitor óptico.

Verificou-se que o Setor responsável manteve atualizada a localização de tais bens, emitindo termos de responsabilidade, além de estar sendo efetivada a implantação de controle patrimonial informatizado. No almoxarifado toda movimentação foi realizada por meio de sistema de controle de estoques físico e financeiro, efetivando-se inventários periódicos.

Com relação ao veículo oficial da Câmara, seu uso ocorreu com estrita observância à Resolução nº 001, de 26 de março de 2008, conforme se verifica nos arquivos de requisições e autorizações de uso, referentes ao mês em análise, bem como foi elaborado o mapa unitário de quilometragem, consumo de combustível e gastos com a reposição de peças e consertos, conforme determina o art. 16 da mencionada Resolução.

Durante o mês em análise não houve a transferência de bens sob a competência administrativa da Câmara Municipal à Prefeitura e, conseqüentemente, não houve obtenção de recursos provenientes de alienação de ativos, bem como os bens adquiridos no seu transcorrer foram devidamente cadastrados, recebendo seus respectivos números de patrimônio e plaquetas de identificação.

COMISSÃO PERMANENTE DE**CNTROLE INTERNO****2.2. Inciso II, do art. 14, da Instrução Normativa nº 10/2008 – Informação quanto à observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar e limites e condições para a realização da despesa total com pessoal****2.2.1. Restos a pagar**

Segundo dispõe o art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, que trata da Responsabilidade na Gestão Fiscal, é vedado ao Titular de poder, nos últimos dois quadrimestres de seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Não ficou constatado, no referido mês, que o Presidente da Câmara veio a contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro de seu mandato, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, ou seja, sem a devida inscrição de despesas em restos a pagar.

2.2.2. Despesa com pessoal

Consideramos como despesa com pessoal as despesas exibidas no art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000. O limite legal previsto no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal prevê o gasto máximo de 6% (seis por cento) da receita corrente líquida do Município com pessoal do Poder Legislativo. Outrossim, o art.29-A, §1º, da Constituição Federal, determina que a “Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.” No caso do Legislativo, conforme Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 655.804, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Sessão do dia 21 de novembro de 2001, publicado às fls. 24 do Minas Gerais do dia 27 de novembro de 2001, as obrigações patronais não serão computadas no total de gasto com sua folha de pagamento.

Para a análise do limite estabelecido no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, primeiramente, há a necessidade de identificar o total dos gastos com pessoal, relacionando as despesas desta natureza, conforme se segue:

DESPESAS:

3.1.90.01.00	Aposentadorias e Reformas	R\$ 6.122,00
3.1.90.09.00	Salário Família.....	R\$ 154,38
3.1.90.11.01	Vencimentos e Vantagens Fixas (Subsídios dos Vereadores).....	R\$ 62.720,00
3.1.90.11.02	Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 55.251,93
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R\$ 40.769,21
3.1.90.16.00	Outras Desp. Variáveis-Pessoal.....	R\$ 1.852,07
Total das Despesas com Pessoal.....		R\$ 166.869,59

Encontrado o total das despesas com pessoal, passamos a verificar o percentual do gasto com pessoal do Poder Legislativo em relação à receita corrente líquida do Município, tomando por base o disposto no §2º, do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a saber, somamos a despesa com pessoal

COMISSÃO PERMANENTE DE**CNTROLE INTERNO**

realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, o que totalizou o valor de R\$ 1.916.046,89 (um milhão novecentos e dezesseis mil e quarenta e seis reais e oitenta e nove centavos). A receita corrente líquida do Município, no mesmo período, totalizou R\$ 90.099.715,64 (noventa milhões e noventa e nove mil setecentos e quinze reais e sessenta e quatro centavos). Sendo assim, o valor total das despesas com pessoal do Poder Legislativo no período apurado representou 2,13% (dois vírgula treze por cento) da receita corrente líquida do Município, ou seja, bem aquém do limite de 6% (seis por cento), bem como dos limites prudenciais previstos no parágrafo único, do art. 22, e no inciso II, §1º, do art. 59, ambos da LRF.

Com relação ao limite do §1º, do art. 29-A, da Constituição Federal, passamos a identificar o total dos gastos com a folha de pagamento, levando-se em consideração o Incidente de Uniformização de Jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, supramencionado, conforme se segue:

DESPESAS:

3.1.90.01.00	Aposentadorias e Reformas	R\$ 6.122,00
3.1.90.09.00	Salário Família.....	R\$ 154,38
3.1.90.11.01	Vencimentos e Vantagens Fixas (Subsídios dos Vereadores).....	R\$ 62.720,00
3.1.90.11.02	Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 55.251,93
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R\$ 40.769,21
3.1.90.16.00	Outras Desp. Variáveis-Pessoal Civil.....	R\$ 1.852,07

a – Total das Despesas com Pessoal R\$ 166.869,59

DEDUÇÕES:

3.1.90.01.00	Aposentadorias e Reformas	R\$ 6.122,00
3.1.90.09.00	Salário Família.....	R\$ 154,38
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R\$ 40.769,21

b – Total das Deduções..... R\$ 47.045,59

DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO (conforme Incidente de Uniformização de Jurisprudência do TCEMG) – valor apurado = “a” - “b” R\$ 119.824,00

Despesa com Folha de Pagamento em Janeiro	R\$ 121.252,31
Despesa com folha de Pagamento em Fevereiro	R\$ 117.162,08
Despesa com folha de Pagamento em Março	R\$ 119.661,89
Despesa com folha de Pagamento em Abril	R\$ 118.682,59
Despesa com folha de Pagamento em Maio	R\$ 117.112,31
Despesa com folha de Pagamento em Junho	R\$ 163.621,93
Despesa com folha de Pagamento em Julho.....	R\$ 175.466,63
Despesa com folha de Pagamento no mês em referência	R\$ 119.824,00
TOTAL DA DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO ATÉ O MÊS	R\$ 1.052.783,74

COMISSÃO PERMANENTE DE**CONTROLE INTERNO**

Tendo em vista o valor total dos duodécimos repassados à Câmara Municipal, a saber, R\$ 2.169.674,24 (dois milhões cento e sessenta e nove mil seiscentos e setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), verifica-se que o valor total apurado de R\$ 1.043.783,74 (um milhão e quarenta e três mil setecentos e oitenta e três reais e setenta e quatro centavos), referente à despesa com folha de pagamento, representa 48,11% (quarenta e oito vírgula onze por cento) da receita supramencionada, portanto, bem aquém dos 70% (setenta por cento) estabelecido pelo limite constitucional.

Por fim, há ainda, o art. 29, VII, da Constituição Federal, onde estabelece que “o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município”. Identificamos que a receita do Município no mês em referência foi de R\$ 7.656.785,95 (sete milhões seiscentos e cinquenta e seis mil setecentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), em contrapartida, o total da despesa com remuneração dos Vereadores no mesmo mês representou o montante de R\$ 62.720,00 (sessenta e dois mil setecentos e vinte reais), o que equivale a 0,82% (zero vírgula oitenta e dois por cento) da referida receita. Contudo, somando-se os resultados da receita do Município dos meses anteriores com a do mês em referência, e da despesa com a remuneração dos Vereadores da mesma forma, chegamos ao mesmo percentual de 0,85% (zero vírgula oitenta e cinco por cento), ficando, assim, comprovada a obediência ao preceito constitucional supramencionado, tendo em vista que se encontra bem aquém do limite constitucional, nem mesmo chegando a 1% da receita do Município, conforme demonstrado abaixo:

MÊS	RECEITA DO MUNICÍPIO	DESPESAS COM REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES	PERCENTUAL PERMITIDO	PERCENTUAL EFETIVADO
Janeiro	R\$ 9.235.699,98	R\$ 64.680,00	5%	0,70%
Fevereiro	R\$ 6.873.415,52	R\$ 64.680,00	5%	0,94%
Março	R\$ 7.101.980,85	R\$ 64.680,00	5%	0,91%
Abril	R\$ 7.303.044,28	R\$ 64.680,00	5%	0,88%
Mai	R\$ 7.594.918,80	R\$ 64.680,00	5%	0,85%
Junho	R\$ 7.208.766,84	R\$ 64.680,00	5%	0,89%
Julho	R\$ 7.505.794,90	R\$ 64.680,00	5%	0,86%
Agosto	R\$ 7.656.785,95	R\$ 62.720,00	5%	0,82%
TOTAL	R\$ 60.480.407,12	R\$ 515.480,00	5%	0,85%

Conclui-se, portanto, que a Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete obedeceu a todos os limites constitucionais e legais previstos para os gastos com pessoal.

2.3. Inciso III, do art. 14, da Instrução Normativa nº 10/2008 – Informação quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

Conforme foi exposto no item 2.1.3 deste relatório, a Câmara Municipal não obteve recursos provenientes de alienação de ativos durante o período em análise.

2.4. Inciso IV, do art. 14, da Instrução Normativa nº 10/2007 – Indicação do montante inscrito em restos a pagar e saldos na conta “depósitos” de valores referentes a contribuições previdenciárias devidas a instituto ou fundo próprio de previdência, se houver, com avaliação do impacto da inscrição sobre o total da dívida flutuante

Os Vereadores e servidores da Câmara Municipal são contribuintes do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, não possuindo fundo próprio de previdência e, por ser o mês em referência parte do segundo trimestre do exercício, bem como por terem ficado demonstradas a eficiência e a eficácia da gestão orçamentária e financeira, não há que se falar em inscrição em restos a pagar no mês em análise, referentes a contribuições previdenciárias devidas ao referido Instituto.

2.5. Inciso V, do art. 14, da Instrução Normativa nº 10/2008 – Detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais, distinguindo os valores repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social e aqueles repassados ao instituto ou fundo próprio de previdência, se houver

Como já foi dito no item anterior, o pessoal da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete contribui para RGPS, não possuindo fundo próprio de previdência, tendo sido repassados os seguintes valores a título de obrigações patronais ao Instituto Nacional do Seguro Social:

Janeiro.....	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 25.017,75
Março	R\$ 23.982,99
Abril.....	R\$ 48.779,22
Maio.....	R\$ 0,00
Junho.....	R\$ 43.034,65
Julho.....	R\$ 0,00
Agosto.....	R\$ 40.769,21
Total.....	R\$ 181.583,82

2.6. Inciso VI, do art. 14, da Instrução Normativa nº 10/2008 – Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência, se houver, com indicação do valor do débito, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas

Constatou-se no mês em referência que não há renegociação de dívidas para com o Instituto Nacional do Seguro Social.

2.7. Inciso VII, do art. 14, da Instrução Normativa nº 10/2008 – Informação quanto às providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário, especificando, quando for o caso, as sindicâncias, inquéritos e processos administrativos ou tomadas de contas especiais instauradas no período e os respectivos resultados, indicando números, causas, datas de instauração e de comunicação ao Tribunal de Contas

Não foram constatados danos ao erário, bem como não foi constatada a possibilidade disso ocorrer durante o mês em referência.

3. Conclusão

O trabalho diário da Comissão Permanente de Controle Interno busca preservar os princípios da Administração Pública exibidos no art. 37 da Constituição Federal, mas preservando também os princípios da economicidade e eficácia, analisando contratos, convênios, demais atos administrativos, conduta do gestor e dos servidores, e operacionalidade dos setores da Câmara Municipal. Para a consecução de seus objetivos, a Comissão conta com os importantes instrumentos previstos no art. 8º da LRF, a saber, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme anexo integrante do presente relatório.

Na oportunidade, conforme já ressaltado no relatório do mês anterior, a elaboração do Manual de Procedimentos de Controle Interno a ser observado no âmbito do Poder Legislativo, especificando a responsabilidade de todos os setores da Câmara Municipal, foi concluída, restando, apenas, a sua publicidade e divulgação. O referido Manual será essencial para o efetivo controle dos atos administrativos de sua responsabilidade, bem como para a busca da eficácia e da eficiência destes atos.

Com a emissão do presente relatório, entendemos que resta comprovada a preocupação com o controle concomitante da execução orçamentária da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, apesar da imprecisão e demora das informações referentes à receita corrente líquida do Município. Outrossim, resta comprovada a busca do atendimento às exigências da Instrução Normativa e de todos os mandamentos legais relacionados ao Controle Interno. Com base na verificação dos balancetes da receita e da despesa, acompanhados de suas respectivas documentações, ficaram constatadas a conformidade à legislação vigente com relação aos procedimentos administrativos de efetivação da receita e a adequação às normas legais pertinentes aos procedimentos administrativos de realização de despesa, em todas as suas fases (empenho, liquidação ou pagamento).

Por fim, entendemos que não só o controle, como também a gestão, em si, foi eficiente e eficaz, tendo em vista que ficaram evidentes a responsabilidade do gestor, bem como o respeito e o cumprimento dos limites constitucionais e legais.

É o que tínhamos a Relatar.

CONSELHEIRO LAFAIETE, 09 DE OUTUBRO DE 2009.

ELI SEVERINO RIBEIRO – VEREADOR

SABRINA DIAS DE OLIVEIRA – SERVIDORA

ANDERSON LEONARDO TAVARES – SERVIDOR